

Carta aos Leitores

Frederico Policarpo¹

É uma grande honra e prazer redigir esta Carta. Em primeiro lugar, por razões profissionais, que me possibilitaram a oportunidade de participar e acompanhar grande parte das atividades acadêmicas, que criaram as condições para o surgimento desta revista; e, em segundo lugar, por questões de pesquisa, já que, me ocupo no tema das drogas há alguns anos e, cada vez mais, vejo como o diálogo mediado pela universidade pode contribuir de modo fundamental para a elaboração de políticas públicas de segurança na temática. Explico cada um desses dois pontos a seguir.

Sou egresso do Programa de Pós-Graduação de Antropologia (PPGA) e, durante toda minha formação, também estive vinculado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NuFEP). Nesses dois lugares, me formei academicamente e profissionalmente. Não é possível fazer uma distinção absoluta, mas diria que, enquanto o PPGA me proporcionou uma sólida formação teórica, o NuFEP me forneceu a iniciação e amadurecimento na prática de pesquisa. Essa é uma recomendação que sempre indico aos iniciantes: vinculem-se a um grupo de pesquisa.

Com a orientação do professor Roberto Kant de Lima, na linha de pesquisa sobre “cultura jurídica, segurança pública e administração de conflitos”², realizei pesquisas acerca da administração institucional do uso de drogas. Para dissertação, realizei pesquisas nas audiências dos Juizados Especiais Criminais, envolvendo os casos tipificados como “uso de drogas” na cidade do Rio de Janeiro e, no doutorado, meu trabalho de campo se concentrou no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas. Por conta de uma bolsa sanduíche, passei um ano na cidade de San Francisco,

¹ Doutor em Antropologia pelo PPGA-UFF; Professor do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense; Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC); Coordenador do Núcleo de Estudos em Psicoativos e Cultura (PsicoCult).

² Atualmente no PPGA/UFF, essa linha se intitula “Instituições, Conflito e Poder”.

Califórnia/EUA, realizando pesquisa nas audiências da Drug Court e em seu centro de tratamento³.

Em paralelo às minhas pesquisas individuais no âmbito do PPGA, também sempre estive envolvido em projetos de pesquisa coletivos coordenados pelo NuFEP. Um grande laboratório de formação de pesquisadores, o NuFEP desenvolvia variados tipos de projetos: desde cursos para Guardas Municipais (por exemplo, São Pedro da Aldeia e Teresópolis) e Diagnósticos de Segurança Pública (como, São Gonçalo e Mesquita), até convênios internacionais (como, CAPES-COFECUB e CAPES-FCT), passando por inúmeros projetos financiados pelo CNPq e FAPERJ (como edital Universal e Pronex). Contando com a coordenação geral do professor Roberto Kant de Lima, a partir de reuniões semanais que reunia alunos e pesquisadores, em diferentes etapas da formação, os projetos realizados no NuFEP eram de diferentes tipos, permitindo o aprendizado de competências variadas. Em um projeto, o pesquisador podia focar no trabalho de campo; em outro, podia ficar responsável pela parte administrativa; em outro ainda, colaborava com a elaboração da escrita do projeto. Dessa forma, o NuFEP me proporcionou a socialização completa no ambiente de pesquisa, desde a concepção da ideia do projeto, sua escrita, realização, coordenação e prestação de contas.

Depois de ter me tornado professor da UFF, criei meu próprio laboratório, o grupo de pesquisa sobre Psicoativos e Cultura – PsicoCult, seguindo os mesmos moldes do NuFEP, tanto do ponto de vista organizacional, como na realização de seu objetivo final, isto é, a produção de conhecimento acadêmico.

A forma de organização preconizada pelo NuFEP, pode ser resumida em alguns pontos básicos. O mais fundamental é a regularidade das reuniões de pesquisa. Mesmo quando não há nada de novo para ser dito, certamente, há algo novo para ser escutado. Esse compartilhamento das experiências ganha ainda mais relevância quando, e esse é outro ponto básico, a reunião agrega alunos e pesquisadores em diferentes níveis de formação acadêmica e realizando etapas variadas da pesquisa. É quando um aluno da graduação pode ouvir as dificuldades da entrada em campo de uma doutoranda, ou uma pesquisadora de mestrado discute a organização de seus dados para a escrita da

³ Essas duas pesquisas foram publicadas pelo InEAC: Policarpo, 2020 e 2016.

dissertação com um pesquisador no pós-doutorado. Por fim, mais um ponto básico sobre a organização é a exposição de todos os membros do núcleo a uma série de atividades coletivas em torno da pesquisa. Seguindo essas diretrizes básicas, é criado um potente laboratório de ideias. Tanto é assim que o NuFEP produziu uma extensa produção de pesquisa com alto impacto no campo de estudos sobre administração de conflitos e segurança pública, alcançando o reconhecimento acadêmico e institucional através do INCT-InEAC e, mais adiante, do IAC/UFF.

Meu objetivo com o PsicoCult é replicar as condições institucionais, tão importantes em minha trajetória profissional, para que novas gerações de alunos e pesquisadores tenham a mesma oportunidade. Mas, com um objetivo específico: produzir pesquisas acadêmicas sobre o tema das drogas em diálogo com o campo de estudos da segurança pública.

Por isso, minha grande satisfação em redigir a Carta aos Leitores para este terceiro número da Revista Campo Minado. Essa aproximação entre os campos de estudos sobre drogas e segurança pública, me parece ser fundamental para nossa melhor compreensão de fenômenos sociais diversos e tão caros à sociedade brasileira. Podemos citar a violência estatal relacionada com o combate ao comércio de drogas (questão crônica e persistente há décadas, como a mais recente operação na Vila Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, com 23 civis mortos), ou os usos dos espaços públicos (que pode ser exemplificada pelo eterno retorno da cracolândia na cidade de São Paulo), ou ainda, o exercício da cidadania (através da judicialização da saúde por pacientes que demandam a maconha), entre tantos outros exemplos que fazem parte do cotidiano da vida contemporânea.

Talvez, por serem assuntos que nos mobilizam o tempo todo, seja por notícias de jornais, palanques políticos ou episódios dramáticos e trágicos, os temas “segurança pública”, bem como das “drogas”, ocupam um espaço considerável no debate público. A ampla mobilização em torno desses temas, no entanto, não se traduz automaticamente em políticas públicas democráticas e inclusivas. Para que diferentes perspectivas e vozes sejam consideradas plenamente, é necessário o estabelecimento de regras mínimas de

comunicação para que as ideias e controvérsias possam se desenrolar sem implicações políticas imediatas. Sem regras básicas, o debate público fica sempre refém de interesses particulares ou, como diria o sociólogo Michel Misse (1995), assombrado por “teses equivocadas”, que, mesmo sem autoria, seguem informando a discussão.

Vou relembrar um episódio concreto para exemplificar meu argumento⁴. Em 2017, quando ainda era ministro, Osmar Terra se posicionou publicamente contra um levantamento sobre o uso de drogas realizada por uma das mais prestigiosas instituições de pesquisa nacional, a FIOCRUZ. O então ministro ficou inconformado com o resultado da pesquisa, que indicava um consumo preocupante de álcool e de medicamentos não prescritos. O crack e cocaína, apesar de serem drogas vistas com alto potencial para o uso problemático, tem uma importância muito limitada do ponto de vista epidemiológico. Osmar Terra desafiou a pesquisa da FIOCRUZ reclamando que era “óbvio” que havia uma “epidemia de drogas nas ruas”, que ele havia constatado quando “and[ou] nas ruas de Copacabana, e estavam vazias”⁵. Ao invés de fundamentar a crítica a partir da discussão sobre um eventual erro na metodologia ou na análise dos dados, que podem ocorrer em qualquer pesquisa, Osmar Terra emite sua opinião, simplesmente, baseada em suas percepções individuais. Servindo-se da posição pública de ministro de estado, Osmar Terra quis fazer valer sua opinião sobre a pesquisa científica. O poder submetendo o saber, invertendo o regime de verdade foucaultiano, como já observado por Kant de Lima no âmbito do sistema de justiça brasileiro (LIMA, 2010).

Pode ser muito rico e valorado o conhecimento adquirido através da experiência direta de um ofício profissional, seja político, de gestor ou de agente da segurança pública, para a elaboração de políticas públicas, ainda mais na área de drogas. Certamente, a experiência de um policial militar que atua nas ruas, por exemplo, tem muito o que contribuir para a discussão acerca das políticas de drogas. Porém, é preciso também considerar a importância fundamental do conhecimento produzido sobre essas mesmas experiências, em um exercício reflexivo de descrição e análise, pilares da pesquisa

⁴ Discuto esse caso em detalhes no verbete de “Drogas”, no Dicionário dos negacionismos no Brasil (SZWAKO; RATTON, 2022).

⁵ Em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-ataca-fiocruz-diz-que-nao-confia-em-estudo-sobre-drogas-engavetado-pelo-governo-23696922>, acessado em 05/06/2022.

acadêmica. Esses dois modos de produção de conhecimento não são, necessariamente, excludentes. Pelo contrário, podem se retroalimentar, desde que todos os interessados compartilhem da premissa básica de que políticas públicas deveriam ser baseadas em dados empíricos e análise qualificada, como as pesquisas acadêmicas, e não em opinião. De fato, essa é a linha editorial da revista Campo Minado e o objetivo do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública (LABIAC), que é incentivar os profissionais da segurança pública a produzirem conhecimento acadêmico sobre a temática. Por essa razão, o presente dossiê tem muito o que contribuir para informar o debate público sobre drogas e segurança pública. Infelizmente, sobre essa temática, sobram opiniões, faltam pesquisas acadêmicas.

Por fim, gostaria de finalizar essa breve apresentação chamando a atenção do público leitor, e dos pesquisadores interessados na produção acadêmica sobre o tema, para o Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS), que oferece a formação no nível de mestrado *stricto sensu*. Iniciado em 2019, o PPGJS é a mais recente empreitada acadêmica do InEAC/UFF, que se soma ao curso de tecnólogo em segurança pública na modalidade semipresencial e ao bacharelado presencial em segurança pública. Dessa forma, promovendo a qualificação de excelência a partir do ensino e da pesquisa acadêmica sobre segurança pública, com o incentivo para a participação dos próprios profissionais da área como pesquisadores, o InEAC/UFF possibilita a transferência do conhecimento à toda sociedade civil e às agências de fomento estatais.

Referências:

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, v. 2, p. 25-51, 2010.

MISSE, M.. Cinco Teses Equivocadas Sobre A Criminalidade Urbana No Brasil. ESTUDOS, v. 91, p. 23-40, 1995.

POLICARPO, Frederico. O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2016. v. 1. 200p.

_____. Os usuários de drogas na justiça: uma etnografia do Programa Justiça Terapêutica da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020. v. 20. 176p.

SZWAKO, J. (Org.); RATTON, J. (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. 1. ed. Recife: CEPE, 2022. v. 1. 363p.